



Por uma outra patrimonialização das belas paisagens cariocas: ou, pequenos achados de pesquisa sobre o Porto Maravilha

Autores:

Laura De Bona - PUC Campinas - lauradebona@gmail.com

Manoel Lemes da Silva Neto - PUC Campinas - manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

Resumo:

Pela análise de articulações possíveis entre projetos de reestruturação urbana e bens patrimoniais, discute-se a recorrente “reinvenção” de cidades por modelos internacionais a fim de inseri-las no chamado circuito das cidades globais. A reconstrução simbólica promovida pela patrimonialização oculta tensões e disputas inerentes ao território, criando espaços homogêneos, voltados para o consumo cultural e o turismo. Por meio da análise dos circuitos espaciais produtivos do Museu do Amanhã e do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, equipamentos culturais situados na zona portuária do Rio de Janeiro – área de intervenção do projeto Porto Maravilha, verifica-se a instrumentalização desses patrimônios na constituição do mercado cultural em constituição na região. Defende-se uma outra patrimonialização e políticas públicas de caráter territorial, constituídas a partir do “território usado”, que fortaleçam a singularidade e a riqueza dos lugares.

Por uma outra patrimonialização das belas paisagens cariocas:

ou, pequenos achados de pesquisa sobre o Porto Maravilha

Situado no campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo, o presente trabalho¹ visa analisar as articulações possíveis entre projetos de reestruturação urbana e bens patrimoniais².

A definição do principal problema abordado relaciona-se à recorrência com que os contextos e modos de vida locais são relegados ao segundo plano nas intervenções realizadas em áreas urbanas históricas, quando não ignorados por completo. Tanto no Brasil, quanto no exterior, e na maior parte dos casos, tais áreas são tidas como degradadas pelo poder público, pelo mercado e pelos meios de comunicação de massa.

Pautadas em discursos que reforçam a necessidade de devolver esses espaços à cidade e à população, essas intervenções são propostas sobre a malha urbana existente visando a adequação do espaço a modelos internacionais vistos como bem-sucedidos – Barcelona, notadamente, no início da década de 1990 (SÁNCHEZ, 2001).

Esses projetos avançam e se multiplicam recentemente, mas a partir da década de 1970, com o escancaramento do fenômeno de globalização, está sendo possível identificar em diversas cidades do mundo a apropriação unificada de padrões de projetos urbanos internacionais. O principal propósito e argumento veiculado é que os lugares precisam estar inseridos de forma competitiva no chamado circuito das cidades globais. É o “passaporte” para justificar a atração de investimentos e promover o crescimento econômico local (SASSEN, 2008).

No campo desse questionamento, o trabalho analisa dois equipamentos culturais situados na área de intervenção do projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro, RJ: o Museu do Amanhã e o Sítio Arqueológico Cais do Valongo. A perspectiva é desenvolver uma reflexão que problematiza as estratégias de patrimonialização, como vêm ocorrendo e se relacionam com a produção do espaço na atualidade.

A zona portuária do Rio de Janeiro foi constituída ao longo de mais de quatro séculos, sendo marcada por sua vocação portuária e socialmente estigmatizada nos últimos 250 anos de existência. Sucessivos projetos foram elaborados para sua “recuperação”, envolvendo processos de modernização das atividades portuárias e projetos de reestruturação urbana, com destaque para a reforma promovida pelo prefeito Francisco Pereira Passos, no início do

¹ Parte integrante de pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com financiamento da CAPES.

² Entende-se como “bens patrimoniais” elementos de valor simbólico, como suportes de memória ou elementos indutores de identidades coletivas, sejam eles materiais, imateriais, históricos, naturais ou culturais.

século XX. Esses projetos de modernização visavam desconfigurar sua formação notadamente proletária e culturalmente diversa, a fim de reinserir a região no contexto da economia capitalista.

Esse foi o discurso de ontem, e não é diferente de agora.

O último projeto de modernização ocorre à luz da realização de megaeventos esportivos, na virada da década de 2010. Pela Operação Urbana Consorciada Porto do Rio, conhecida como projeto Porto Maravilha, verifica-se a (re)produção do espaço movida por impulsos globais³, que impõem estratégias de gestão urbana e implantação de projetos movidos por noções como culturalização e patrimonialização.

A proliferação de imagens, eventos, festivais, ícones arquitetônicos, espaços públicos renovados e primorosamente desenhados, cuja dimensão simbólica é potencializada e enobrecida pela cultura, torna-se matéria prima para o marketing urbano. Anuncia-se a cultura e a cidade revitalizada – um espetáculo a ser consumido (VAZ, 2004).

Patrimonialização.

A patrimonialização pode ser entendida como um processo de duplo alcance: enquanto atribuição de valor patrimonial por mecanismos institucionais, tais como o tombamento de “determinado lugar”, e como estratégia de valorização simbólica de áreas históricas para estímulo do consumo turístico e cultural (LEITE e PROENÇA, 2009). Consequentemente, esse instrumento promove uma reconstrução narrativa e simbólica de elementos já constituintes da identidade e do imaginário coletivos.

Uma vez dotados de potencial historicamente construído e culturalmente assimilado, os elementos da paisagem articulam a relação entre a valorização patrimonial e intervenções urbanas. E são tais articulações que potencializam a constituição de lugares de memória ou permitem a reinvenção deliberada da história.

Acredita-se que a indústria cultural configurada na atual fase do capitalismo se apropria de valores simbólicos para produção de valores econômicos a serem consumidos por atividades turísticas e imobiliárias – no sentido largo, voltadas à reprodução do capital financeiro. Uma vez investidos desse desiderato, os espaços produzidos sob tais argumentos, estratégias e práticas estão autorizados a apresentarem narrativas artificiais e fabulosas, ocultando tensões e disputas inerentes ao território sob aparentes consensos.

³ “Denominamos de impulsos globais os vetores que condensam informação e inovação, em seus elos com a nova gestão. Significam a emergência de uma forma de agir de natureza sistêmica e corporativa, que se apropria de condições herdadas e de níveis de controle da mudança permitidos pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994). Ao associarmos os impulsos globais à ideia de vetor, trazemos os processos atuais para o âmbito da difusão técnica expressiva da modernização das sociedades (e das metrópoles) periféricas” (RIBEIRO e SILVA, 2004, p. 351).

Na exploração desses elementos, visando a análise da coerência interna de como se articulam, discute-se o conceito de Circuitos Espaciais Produtivos (SANTOS, 1986) envolvidos na produção do Museu do Amanhã e do Sítio Arqueológico Cais do Valongo.

Graças à engenharia promovida por agentes públicos, econômicos e, em especial, pelo marketing, esses elementos da paisagem carioca revestem-se de atributos que, na qualidade de bens patrimoniais, contribuem com o mercado cultural instituído na zona portuária pelo projeto Porto Maravilha.

Com esse norteamento, este trabalho está estruturado em sete sessões.

São as seguintes.

- 1) Circuitos espaciais produtivos: reflexões possíveis
- 2) Museu do Amanhã
- 3) Circuito espacial produtivo do Museu do Amanhã
- 4) Sítio arqueológico Cais do Valongo
- 5) Circuito espacial produtivo do sítio arqueológico Cais do Valongo
- 6) Mapas da produção do patrimônio no Porto Maravilha
- 7) Por uma outra patrimonialização

A primeira sessão, intitulada “Circuitos espaciais produtivos: reflexões possíveis”, expõe os argumentos que, do ponto de vista de método, orientam a análise dos dois elementos selecionados como estudo de caso do Porto Maravilha: o Museu do Amanhã e o Cais do Valongo.

Os pontos 2 e 3 desenvolvem a análise do Museu do Amanhã. O segundo propõe uma caracterização do equipamento. O terceiro, a aplicação da noção de circuito espacial produtivo no caso do Museu do Amanhã.

Por sua vez, os pontos 4 e 5, exploram o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo. O quarto caracteriza a área, o quinto desenvolve uma apropriação dos circuitos envolvidos em sua produção.

Graças a aplicação de técnica cartográfica, a sessão 6 espacializa os resultados alcançados na leitura das informações levantadas a respeito dos circuitos produtivos dos dois elementos privilegiados para análise do Porto Maravilha.

Como conclusão, propõe-se outras abordagens possíveis para se definir estratégias de apropriação patrimonial. Explora-se, aqui, como potência, a categoria de território usado proposto pela geografia de Milton Santos.

CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS: REFLEXÕES POSSÍVEIS

A concepção do conceito dos circuitos espaciais produtivos remete ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES), da Universidad Central da Venezuela. Coordenado por Sonia Barrios e Alejandro Rofman, o projeto “MORVEN – Metodologia para o Diagnóstico Regional” (CENDES, 1978) analisa segmentação e especialização de espaços nacionais e dos diferentes agentes envolvidos em atividades produtivas, sob as particularidades dos países de Terceiro Mundo (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Seguindo pressupostos trabalhados por Karl Marx sobre as contradições inerentes ao processo de produção (produção, circulação, troca e consumo), os circuitos espaciais produtivos – tais como apresentados pela contribuição de Milton Santos (1986) –, demonstram a divisão territorial do trabalho de determinada atividade produtiva, identificando uma série de etapas do processo de transformação entre o produto principal até o consumo (BARRIOS, 1976; apud SANTOS, 1986).

Essas etapas incluem relações de ordem econômica, técnica e social, constituintes do processo produtivo, que se relacionam “no” e “pelo” território.

Ricardo Castillo e Samuel Frederico (2010) apontam a contribuição de Mónica Arroyo (2008), que afirma que os circuitos espaciais produtivos atingem frações do território pelos fluxos materiais e imateriais e pela ação de empresas, instituições e pessoas de forma articulada. Esse processo de produção demanda uma organização espacial para se realizar, envolvendo “valores, regras, condições geográficas (aqui compreendidos os dispositivos tecnológicos), econômicos e sociais, ou seja, um conjunto que possibilita o deslocamento de bens materiais e imateriais” (DANTAS, 2016, p. 194).

Aldo Dantas (2016) lembra Milton Santos ao discutir sobre a potencialização das singularidades dos lugares que se mundializam. Destaca que a “configuração territorial dá aos lugares especificidades, criando diferenciações espaciais e dotando os lugares de aptidões que permitem a instalação, ou não, de dadas atividades. Essa dotação, que dá característica própria a cada lugar, é o que Milton Santos vai chamar de Lei do Lugar” (DANTAS, 2016, p. 197).

Essa colocação reitera a influência das heranças espaciais de produção dos lugares, outro caráter dos circuitos espaciais produtivos.

Quanto aos circuitos espaciais, eles nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país. Aí se conjugam as relações de produção do passado, mantida ou rejuvenescidas pelas relações atuais representadas por relíquias ou heranças, tanto na paisagem quanto na própria estruturação social (SANTOS, 1986, p. 130).

A produção do espaço é orientada por processos econômicos e dinâmicas sociais que têm por finalidade a manutenção da ordem social vigente, onde grupos dominantes tendem a perpetuar sua hegemonia em colaboração com o Estado. E a segregação socioespacial é o mecanismo por meio dos quais as classes dominantes mantem o controle sobre a produção do espaço urbano (VILLAÇA, 2001).

Por isso os circuitos espaciais produtivos delineiam a situação relativa de dado território. As regiões não são realidades autônomas, mas suscetíveis às influências externas.

Observadas as particularidades do conceito, os elementos que formalizam a noção elementar de circuito produtivo são aplicados ao tema analisado: como as intervenções realizadas em áreas urbanas históricas chegam a ser mercadorizadas.

Em princípio, os insumos e produtos, a articulação das forças produtivas e de como se comportam na geografia dos fluxos e da produção. Em princípio conferem, aos circuitos espaciais responsáveis pela produção do Museu do Amanhã e Cais do Valongo, um sentido explicativo do porquê os contextos e modos de vida locais vem sendo constantemente aviltados.

Circuitos espaciais produtivos que resultaram na construção e operação do Museu do Amanhã e na inscrição do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade.

Vamos a eles.

No caso em estudo, apesar de não se tratar de cadeias produtivas convencionais, considera-se a construção desses bens patrimoniais como instância de produção, sua divulgação como circulação, e o conteúdo produzido e difundido nesses lugares, como instância de consumo.

No caso do Museu do Amanhã⁴, foram reunidas informações disponíveis *online* sobre colaboradores, responsáveis técnicos e fornecedores envolvidos na constituição de circuitos espaciais produtivos de ordem econômica e técnica (construtiva e de conteúdo), sem detalhar

⁴ O exercício analítico do Museu do Amanhã foi apresentado de forma preliminar no artigo apresentado no V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado em outubro de 2018 em Salvador, Bahia. Reiteramos o agradecimento à IDG / Museu do Amanhã pela disponibilização dos dados utilizados na pesquisa e pelo suporte da equipe de pesquisa.

a ordem social: parte estrutural do conceito, mas que, nesse estudo de caso, possui a abrangência restrita geograficamente, de caráter local.

Por meio do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG foi possível avançar o detalhamento do circuito pelo acesso a informações sobre a obra e acervo. Cada agente identificado⁵ foi localizado geograficamente e considerado na espacialização dos colaboradores pela elaboração de mapas temáticos.

Quanto ao Sítio Arqueológico Cais do Valongo, e para efeito analítico, foram observadas as instituições, empresas e pessoas envolvidas na inscrição do bem como Patrimônio da Humanidade.

Reafirma-se, e em outras palavras. O patrimônio histórico tem seu valor simbólico atribuído institucionalmente *a posteriori*, ou seja, não foi produzido para tal finalidade. Portanto, o Sítio Arqueológico Cais do Valongo só pode ser entendido enquanto patrimônio pelo processo de tombamento e candidatura à Lista de Patrimônios da Humanidade.

Museu do Amanhã

Localizado na Praça Mauá, ao lado do Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu do Amanhã foi idealizado como um dos projetos âncora da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha (OUC Porto Maravilha). Inaugurado em dezembro de 2015, o edifício ícone da arquitetura internacional foi projetado pelo arquiteto Santiago Calatrava e propõe discutir questões contemporâneas sobre o ambiente e a sociedade a fim de estimular a reflexão sobre futuros possíveis: “o amanhã não é uma data no calendário, não é um destino final: ele é uma construção que começa hoje, agora. A partir das escolhas feitas no presente, desdobra-se uma gama de amanhãs” (Fundação Roberto Marinho, 2016, p. 5).

Resultado da parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho, propôs-se, originalmente, que a instituição fosse implantada no Armazém 6 – junto ao terminal de passageiros e ao AquaRio (Fundação Roberto Marinho, 2010).

Acabou sendo implantado no Píer Mauá – onde havia sido proposta a implantação do Museu Guggenheim durante o projeto Porto do Rio.

O projeto arquitetônico, desenvolvido a partir de diretrizes técnicas de sustentabilidade, visou obter a certificação LEED (Liderança em Energia e Projeto Ambiental), concedida pela Green Building Council (USGBC), com o selo ouro em 2016. É mais uma chancela que eleva a intervenção ao patamar das empresas reconhecidas no mundo da “responsabilidade social”. E dos financiamentos de interesse do capital financeiro.

⁵ Ressalta-se que durante a pesquisa buscou-se referências explícitas ao Museu do Amanhã ou ao Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Porém, nem sempre estavam disponíveis e, no caso de pessoas físicas, há ocorrência de homônimos, de pessoas que se desvincularam das empresas que trabalharam, ou se mudaram de cidade. Não obstante, a finalidade do exercício analítico foi alcançada.

Com cerca de 15 mil metros quadrados de área construída, sua forma longitudinal foi concebida a partir da leitura do arquiteto da paisagem local, do programa proposto e de recursos tecnológicos avançados. A execução das formas arrojadas demandou a importação de maquinário específico e a colaboração entre projetistas brasileiros e estrangeiros.

Dentre os recursos tecnológicos do edifício, destaca-se a reutilização da água da baía para refrigeração, a cobertura móvel, que possibilita a geração de energia com placas fotovoltaicas, e a seleção de materiais de construção a partir de critérios ambientais (componentes reciclados, de baixa toxicidade, alta durabilidade e produzidos próximos ao local de obra). Também foram utilizadas espécies nativas no paisagismo do parque executado entorno do museu. Foi para “facilitar a adaptação da vegetação, atrair mais fauna da região e reforçar o aspecto didático do jardim” (Fundação Roberto Marinho, 2016, p. 36).

Tendo em vista o programa idealizado para a instituição, a exposição principal possui grande parte de seu conteúdo digital, atualizada pela colaboração do museu com instituições de pesquisa brasileiras e estrangeiras: “o acervo do Museu do Amanhã é imaterial, são possibilidades. Ao contrário de outras instituições, que precisam preservar seu acervo, o do museu deve ser o tempo todo renovado” (Fundação Roberto Marinho, 2016, p.7).

Alinhado com o caráter dinâmico da exposição principal, há o Laboratório de Atividades do Amanhã (LAA): espaço de inovação e experimentação, o LAA recebe pesquisadores para desenvolvimento de projetos científicos e o Observatório do Amanhã, responsável pela atualização do acervo e organização de eventos.

De acordo com o livro publicado na ocasião de dois anos de funcionamento (Fundação Roberto Marinho, 2017), além de superar a marca de dois milhões de visitantes, algumas das realizações ocorridas durante o ano de 2017 ampliaram a relevância da instituição no cenário nacional e internacional.

Efemérides, como esta que marca os 731 dias de funcionamento do Museu do Amanhã, são boas ocasiões para celebrarmos. Neste 2017, apresentamos os diferentes aspectos da inovação no Brasil na primeira exposição totalmente desenvolvida por nós – “Inovações – Criações à Brasileira”; fortalecemos o necessário laço histórico com a Região Portuária com “Vivências do Tempo – Matriz Africana”; debatemos assuntos palpitantes da ciência com uma série de conferências e atividades acadêmicas; fomos porta-voz de importantes pesquisadores e instituições. Tivemos o reconhecimento de diversas agências da ONU; a homenagem da BrazilFoundation por nosso programa de inclusão Trans+Respeito; ganhamos o título de Edifício Verde Mais Inovador, do MIPIM Awards (Fundação Roberto Marinho, 2017, p. 6).

O diferencial do Museu do Amanhã também se destaca quanto ao seguinte. “(...) Fortalecemos nossos laços com bons e novos parceiros e patrocinadores a ponto de nos estabelecer como exemplo único de parceria público-privada do setor cultural, com mais de 70% do orçamento oriundo de fontes privadas” (Fundação Roberto Marinho, 2017, p. 4).

Parcerias entre a esfera pública e privada são características das instituições culturais vinculadas à Fundação Roberto Marinho e, pelo apresentado, o Museu do Amanhã tem tido grande respaldo no mercado.

Outro ponto relevante teria sido o avanço no processo de internacionalização da instituição, representado pelo Museum of Tomorrow International (MoTi):

A participação e divulgação do Museu fora do Brasil são destaques da nossa gestão. A crescente demanda internacional por parcerias de intercâmbio de conhecimento levou o Museu a abrir seu primeiro escritório internacional. Em 2017, inauguramos o escritório do Museum of Tomorrow International – MoTi, em Amsterdã, na Holanda, em parceria com a Escola THNK de Inovação e Liderança Criativa (Fundação Roberto Marinho, 2017, p. 11).

Esse esforço de internacionalização, por convênios com instituições internacionais de pesquisa, participação em eventos científicos e criação de escritórios em outros países, pode ser relacionado com os circuitos de cidades globais, pois trata-se de vínculos para a produção e divulgação de conteúdo. Portanto, analisar o circuito espacial produtivo do Museu – na ordem econômica de financiamento, técnica construtiva nos recursos projetivos e técnica de conteúdo para ampliação do acervo – é pertinente para indicar a origem dos agentes envolvidos na produção dessa instituição, visto seu amplo alcance de público.

Circuito espacial produtivo do Museu do Amanhã

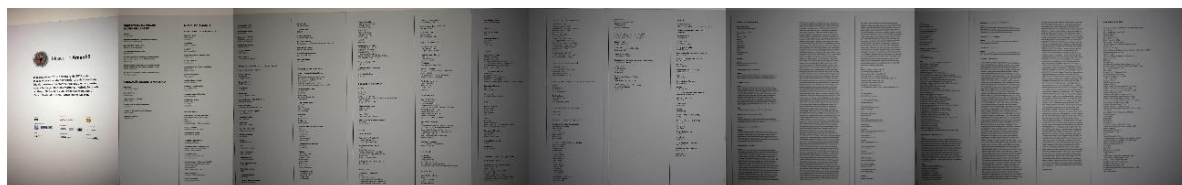


Figura 1: Painel usado no circuito espacial produtivo, localizado no Hall do Museu do Amanhã
Fonte: acervo pessoal, 2018

Para a elaboração do circuito espacial produtivo, a principal fonte de informações foi um painel disponível no hall do edifício (Figura 1). O levantamento geral (Quadro 1), com todos os agentes identificados por atividade, indica 457 itens, dos quais 73 (ou 16%) foram classificados como ordem econômica, 110 (ou 24%) como ordem técnica construtiva e 274 (ou 60%) como ordem técnica de conteúdo. Do total de itens identificados, 381 (ou 83%) são agentes nacionais, e 76 (ou 17%) são estrangeiros.

Quadro 1: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Levantamento Geral

Levantamento Geral			
Ordem Origem	Número identificado		
	Brasileiros	Estrangeiros	Total
Econômica	63	10	73
Técnica Construtiva	95	15	110
Técnica de Conteúdo	223	51	274
Total	381	76	457

Fonte: Painel do Museu do Amanhã - Elaboração própria

Dentre esse levantamento geral, há reincidência de agentes entre as ordens, e mesmo nas próprias ordens.

Por exemplo. A empresa SuperUber consta sete vezes na ordem técnica construtiva (Direção de Tecnologia; Sistema de Atualização de Conteúdo), enquanto na ordem técnica de conteúdo, doze vezes (Audiovisual - A terra é azul; Audiovisual – Ecossistemas; Instalação Visual – Cérebro; Audiovisual – Totens; Audiovisual – Sociedade; Jogo das Civilizações). Assim, para se evitar a repetição de empresas, instituições e pessoas, não se considera a quantidade de vezes que cada agente foi citado, mas a quantidade de agentes distintos. No caso de mais de um funcionário da mesma empresa identificado no levantamento geral, conta-se, apenas, o nome da empresa, como um agente.

Entendendo a diversidade de agentes, tais quais empresas, instituições e pessoas, verifica-se quantos de cada tipo foram identificados (Quadro 2).

Não se considera, nesse caso, a divisão entre ordens, mas apenas o tipo de agente e sua origem.

Há referência a 128 empresas (ou 56%), das quais 98 são brasileiras e 30 estrangeiras, 61 instituições (ou 27%), das quais 32 são brasileiras e 29 estrangeiros, e 38 pessoas físicas (ou 17%), contando 30 pessoas brasileiras e 8 estrangeiros. No total, 226 agentes constituem o circuito espacial produtivo, sendo 160 (ou 71%) agentes nacionais e 66 (ou 29%) estrangeiros.

Quadro 2: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Tipo de Agentes por Origem

Tipo de Agentes por Origem			
Tipo Origem	Número identificado		
	Brasileiros	Estrangeiros	Total
Empresas	98	30	128
Instituições	32	29	61
Pessoas	30	8	38
Total	160	67	227

Fonte: Painel do Museu do Amanhã - Elaboração própria

Também se verifica a origem dos agentes de cada ordem (Quadro 3). Detalhe. O número total de agentes observados no Quadro 2 e no Quadro 3 não é o mesmo. Conforme mencionado anteriormente, há agentes que atuaram em mais de uma ordem. Portanto, no Quadro 3, não se repetiu os agentes em cada ordem do circuito espacial produtivo, mas também não se desconsiderou a atuação do mesmo agente em ordens diferentes.

Quadro 3: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes por Ordem

Origem de Agentes por Ordem			
Ordem Origem	Número identificado		
	Brasileiros	Estrangeiros	Total
Econômica	20	10	30
Técnica Construtiva	61	12	73
Técnica de Conteúdo	89	50	139
Total	170	72	242

Fonte: Painel do Museu do Amanhã - Elaboração própria

Quanto à origem dos 242 agentes levantados por ordem, observa-se há 30 agentes na ordem econômica (ou 12%). 20 brasileiros, 10 estrangeiros. 73 na ordem técnica construtiva (ou 30%), sendo 61 brasileiros e 12 estrangeiros, e 139 agentes na ordem técnica de conteúdo (ou 58%), sendo desses 89 nacionais e 50 estrangeiros. No total, 170 agentes brasileiros (ou 70%) envolvidos nas três ordens do circuito, e 72 agentes estrangeiros (ou 30%).

Pelo aprofundamento da análise nas informações levantadas referentes somente aos agentes brasileiros, identifica-se a concentração de empresas, instituições e pessoas envolvidas na produção do Museu do Amanhã no eixo Rio - São Paulo.

Essa constatação foi possível porque se partiu das informações referentes ao número de agentes, e não de atividades. Ou seja, não há reincidência de agentes na mesma ordem, podendo ocorrer a repetição dos agentes entre as ordens analisadas.

Quadro 4: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Econômica | Brasil

Origem de Agentes Brasil	
Ordem Econômica	
Estado Cidade	Número identificado
Distrito Federal	2
Brasília	2
Rio de Janeiro	14
Rio de Janeiro	14
São Paulo	4
São Paulo	4
<i>Total Geral</i>	<i>20</i>

Fonte: Painel do Museu do Amanhã - Elaboração própria

Dos 20 agentes brasileiros atribuídos à ordem econômica (Quadro 4), a maioria (14, ou 70%) está localizada na própria cidade do Rio de Janeiro. Identifica-se também a participação da cidade de São Paulo, com 4 agentes (ou 20%), e Brasília, no Distrito Federal, com 2 (ou 10%). A concentração de atividades no Rio de Janeiro e São Paulo permanece na ordem técnica construtiva (Quadro 5), com 34 agentes no estado do Rio de Janeiro (ou 56%) e 21 agentes no estado de São Paulo (ou 35%). O Distrito Federal também aparece com 3 agentes (ou 5%), assim como as capitais da Bahia com 2 agentes (ou 3%) e Minas Gerais com 1 (ou 1%).

Quadro 5: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Técnica Construtiva | Brasil

Origem de Agentes Brasil	
Ordem Técnica Construtiva	
Estado Cidade	Número identificado
Bahia	2
Salvador	2
Distrito Federal	3
Brasília	3
Minas Gerais	1
Belo Horizonte	1
Rio de Janeiro	34
Niterói	2
Rio de Janeiro	32
São Paulo	21
Barueri	1
Osasco	1
Santo André	1
São Paulo	18
<i>Total Geral</i>	<i>61</i>

Fonte: Painel do Museu do Amanhã - Elaboração própria

Quanto a produção da ordem técnica de conteúdo (Quadro 6) – o item mais relevante do circuito espacial produtivo por refletir a produção continuada relacionada ao consumo do Museu –, observa-se maior diversidade de cidades de origem. Mas o padrão de concentração no eixo Rio–São Paulo manteve-se.

Dos 89 agentes identificados, 50 estão no estado do Rio de Janeiro (ou 56%), divididos entre as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Seropédica. No estado de São Paulo há 34 agentes (ou 38%), incluindo as cidades de Barueri, Campinas, Indaiatuba, São José dos Campos, São Paulo e Vargem Grande Paulista. Há também 4 agentes em Brasília (ou 5%), no Distrito Federal, e 1 agente em Natal, no Rio Grande do Norte (ou 1%).

Quadro 6: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Técnica de Conteúdo | Brasil

Origem de Agentes por Ordem Brasil	
Técnica de Conteúdo	
Estado Cidade	Número identificado
Distrito Federal	4
Brasília	4
Rio de Janeiro	50
Niterói	1
Rio de Janeiro	48
Seropédica	1
Rio Grande do Norte	1
Natal	1
São Paulo	34
Barueri	1
Campinas	2
Indaiatuba	1
São José dos Campos	3
São Paulo	26
Vargem Grande Paulista	1
<i>Total Geral</i>	<i>89</i>

Fonte: Painel do Museu do Amanhã - Elaboração própria

A partir desses dados elaborou-se mapas na dimensão global e na dimensão nacional. O objetivo foi verificar a disposição geográfica dos agentes que participaram na produção do Museu do Amanhã.

Apresentados a seguir, esses mapeamentos incluem, também os mapas elaborados pelo circuito espacial produtivo do Sítio Arqueológico Cais do Valongo.

Sítio Arqueológico Cais do Valongo

O uso cotidiano do território imprime marcas sobre sua materialidade, resultando na construção histórica da paisagem. É seguro afirmar que a zona portuária do Rio de Janeiro possui monumentos particulares de sua formação social que são distintos do patrimônio histórico oficial. Entretanto, por vezes, esses bens convergem, como no caso do Sítio Arqueológico Cais do Valongo.

Desenterrado em 2011, o Cais do Valongo é apresentado⁶ como o ponto de desembarque para centenas de milhares de escravos trazidos do continente africano entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Situado na antiga Praia do Valongo, no vale entre os morros da Conceição, do Livramento e da Saúde, o complexo de comércio escravagista, e que estava instalado na região desde 1774, incluía mercado, depósitos e armazéns de escravos, o Cemitério dos Pretos Novos e o Lazareto da Gamboa (Figura 2).

O pavimento mais profundo, o Cais do Valongo “é constituído por um calçamento de pedras talhadas de modo irregular e assentadas diretamente sobre o terreno arenoso e regularizado da Praia do Valongo. Este tipo de pavimentação é denominado no Brasil de pé de moleque e foi largamente utilizado em obras públicas dos séculos XVIII e XIX” (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 30).

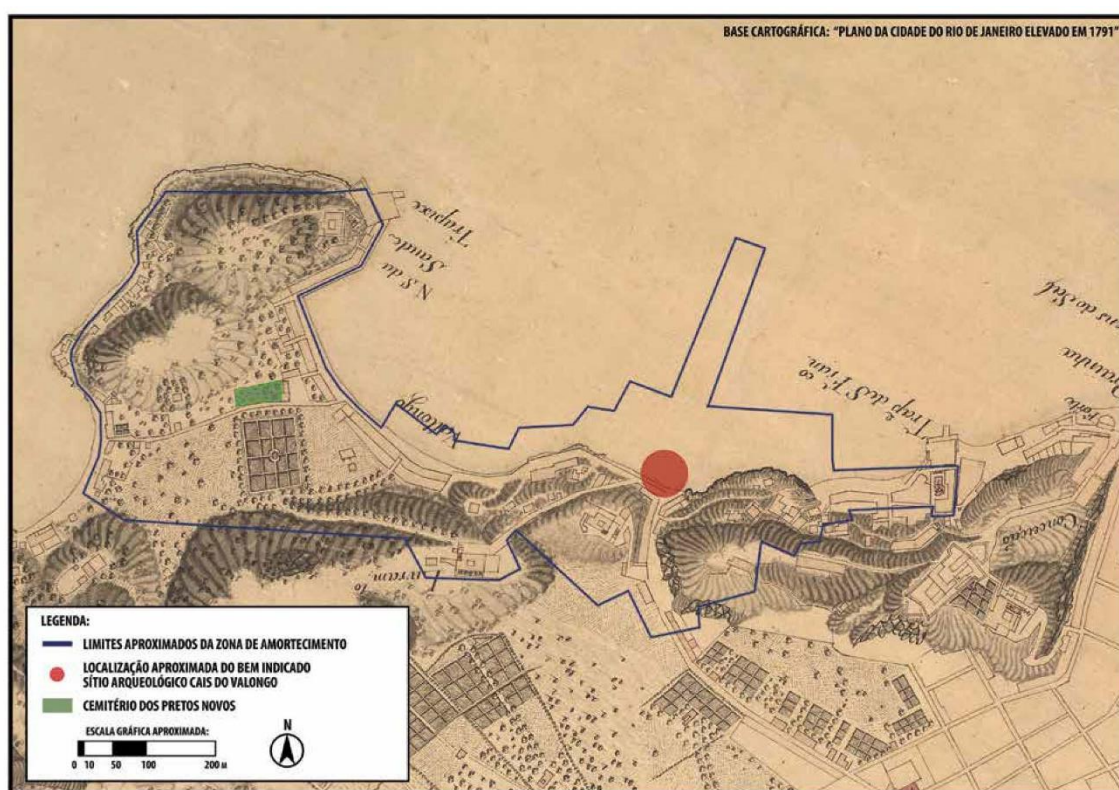


Figura 94. Detalhe do Plano da Cidade do Rio de Janeiro elevado em 1791.

Figura 2: Localização do Cais do Valongo na base cartográfica de 1791

Fonte: IPHAN e PMRJ, 2016, p. 97

Após o declínio do comércio de escravos pela proibição do tráfico negreiro na década de 1830, o cais de pedra foi reestruturado para receber a Princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina de Bourbon.

Além do novo calçamento, o processo de modernização incluiu diversas intervenções realizadas para requalificar o local e receber a princesa em 1843: “O Cais da Imperatriz,

⁶ Há estudos que questionam se o local teria recebido de fato o desembarque dos escravos cativos, como o caso do arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti (MOTTA, 2017). Contudo, esse trabalho não pretende questionar a legitimidade histórica do bem, mas analisar como o processo de patrimonialização do Cais se deu. Portanto, não entraremos nessa discussão.

projetado pelo engenheiro militar Grandjean de Montigny, a partir de encomenda da Câmara da cidade, era constituído por pedras graníticas bem aparelhadas de tamanhos variados, formando a muralha e o píer, sendo o restante do calçamento feito de paralelepípedos” (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 34).

Esse lugar abrigava um pavilhão adornado com esculturas. De caráter provisório, foi posteriormente desmontado e os adornos, deslocados para o atual Jardim Suspenso do Valongo, construído na ocasião das reformas propostas pelo Prefeito Pereira Passos.

Segundo o Dossiê apresentado à Unesco,

Como destacamos, mas vale reiterar, construir um novo cais sobre o Cais do Valongo significava mais que uma obra de embelezamento do local de desembarque da futura Imperatriz, era uma medida concreta no sentido de soterrar uma parte da história que as autoridades pretendiam ocultar, mas que ainda estava longe de ser superada: a escravidão africana no Brasil (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 34).

Durante década de 1870, o local recebeu infraestrutura de saneamento da Companhia *City Improvements*. Consequência. Foi novamente enterrado no início do século XX.

Durante as obras de melhoramentos urbanos do Prefeito Pereira Passos aplicou-se calçamento de pedras portuguesas, renomeando para Praça Municipal. Posteriormente, Praça Jornal do Comércio (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 39).

A execução de obras de saneamento decorrentes da OUC Porto Maravilha resultou no “descobrimento” do sítio arqueológico.

Em virtude de seu potencial arqueológico, uma equipe coordenada por Tânia Andrade Lima solicitou a Prefeitura autorização para pesquisa antes da realização das obras previstas. Após extenso trabalho nas escavações foram reunidas aproximadamente 1.200.000 peças de uso cotidiano dos frequentadores da região. Parte do Sítio Arqueológico foi transformado em um memorial em homenagem à diáspora africana e às pessoas escravizadas que passaram por ali.

À época, já era de conhecimento, tanto dos gestores públicos quanto dos pesquisadores, o elevado potencial arqueológico da área. Além de ser uma área estratégica de convívio e interação social entre a população negra cativa e liberta, era também a área de chegada e comercialização do enorme contingente de africanos escravizados, o que se confirmou durante as escavações preventivas levadas a efeito pela equipe da Professora Tania Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 25).

Atesta-se que já era de conhecimento o potencial da área pois, em 1996, por ocasião do descobrimento de ossadas humanas durante a reforma de uma residência, identificou-se a localização precisa do Cemitério dos Pretos Novos.

Desde aquele período, havia interesse em realizar uma pesquisa mais ampla, porém não havia apoio do poder público, nem recursos financeiros que viabilizasse.

A pesquisa arqueológica tornou-se possível com o início das obras do Porto Maravilha, no mesmo período em que ocorreram reuniões promovidas pela Unesco no projeto “Rota dos Escravos”. Visava-se, então, encontrar um sítio relacionado à diáspora africana no continente americano e que estivesse em boas condições de preservação.

Com base nessa nova conjuntura, viabilizaram-se escavações, o memorial foi edificado e a proposição de inscrição do bem na Lista de Patrimônios da Humanidade, sob responsabilidade da Unesco, realizada.

Apesar do aparente consenso quanto a importância do Cais, Vassallo e Cicalo (2015) defendem a “existência de uma polifonia das experiências desse patrimônio, de uma pluralidade de pontos de vista que o transforma num território contestado e disputado” (p. 255), mesmo em se tratando de uma região historicamente marginalizada.

O Dossiê elaborado com a proposta de inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo na lista do Patrimônio Mundial (IPHAN e PMRJ, 2016) reforça essa concepção de marginalidade e destaca os recorrentes fracassos em “requalificar” simbolicamente a área.

Não obstante todos os esforços feitos e o empenho para revitalizar a área, a degradação se reinstalou. (...) A reformulação urbana promovida por Pereira Passos e a construção do Porto do Rio de Janeiro deveriam, a rigor, ter requalificado a área. Contudo, historicamente associada a segmentos considerados como marginalizados pela sociedade dominante - como os negros escravizados em sua origem, os alforriados que por lá se estabeleceram e se fixaram, e depois aos negros libertos que, com a construção do porto, foram alocados na estiva, ou mesmo aos imigrantes desqualificados, de proveniências distintas, que ali se refugiavam – a área ficou fortemente marcada como um reduto da marginalidade (...) (Andrade Lima, 2013, p.14, apud IPHAN e PMRJ, 2016, p. 40).

No âmbito das obras do Porto Maravilha, ocorreu uma mudança significativa, de postura política.

Foram mobilizadas diversas instâncias (poder público, comunidade científica nacional e internacional, movimentos sociais previamente articulados) que, ao unirem forças em prol da memória da diáspora africana, construíram uma nova narrativa autorizada para o lugar⁷.

⁷ “O Píer reinventado pelo Museu e pelo Cais em sintonia com o Circuito da Herança Africana é redescoberto, reconhecido e institucionalizado. Museu e Cais, partes diferentes do Porto Maravilha, cada um com sua função, eles se complementam para que possamos refletir e construir agendas para superar nossas desigualdades. Ambos instigam reflexão ética e política sobre

Objetivou-se, então, reverter a marginalidade simbólica em um discurso patrimonial universal, diluindo conflitos históricos na constituição de um “consenso” para a consolidação de um lugar de memória que fosse passível de apropriação de *todos*, e turisticamente atrativo.

Por trás do consenso em torno da singularidade do cais e da região portuária e da sua importância fundamental em termos identitários, encontramos divergências de pontos de vista.

Se os militantes negros afirmam esses locais como patrimônio dos afrodescendentes, intimamente relacionados à sua própria ancestralidade e à discriminação racial, a prefeitura os equaciona a uma totalidade mais abrangente, a do povo brasileiro. Assim, se assemelha às tradicionais perspectivas patrimonializantes, de caráter nacionalista, que dissolvem as diferenças na totalidade abstrata da nação (GONÇALVES, 2007; HANDLER, 1984) e silenciam as divergências e as relações de poder ali contidas (VASSALO e CICALO, 2015, p. 257).

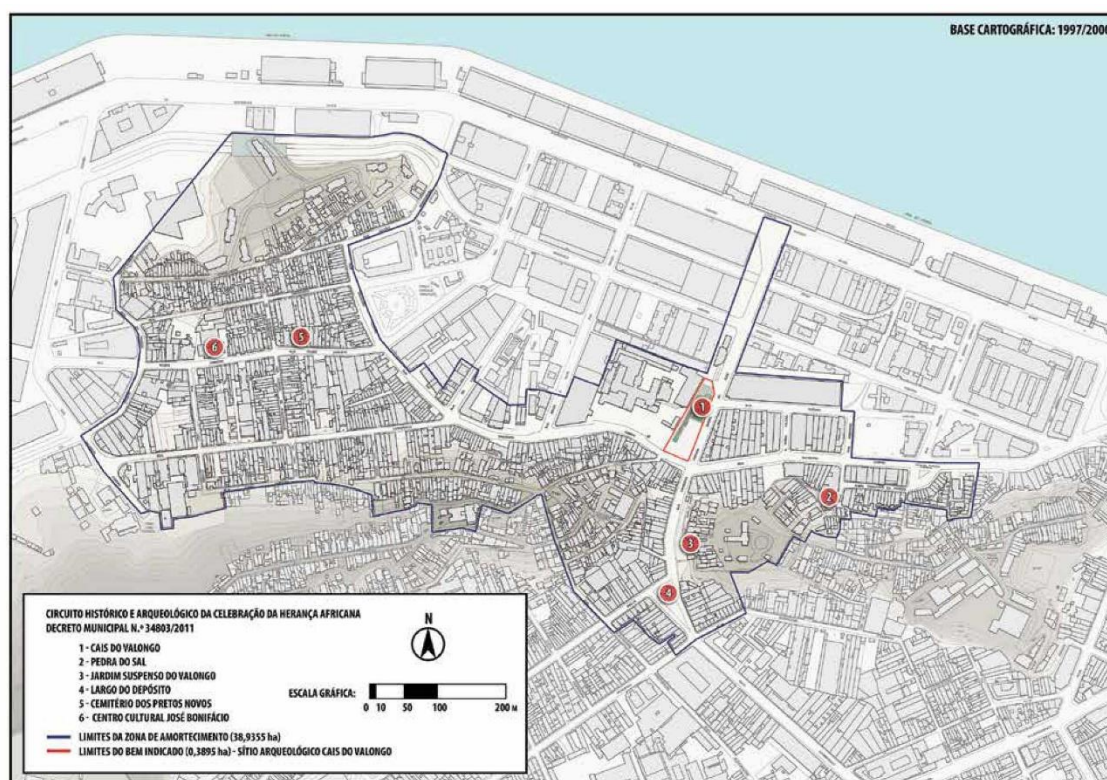


Figura 131. Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

Figura 3: Pontos do Circuito Histórico da Celebração da Herança Africana

Fonte: IPHAN e PMRJ, 2016, p. 162

Numerosos eventos de celebração da cultura negra foram realizados no monumento construído e o “Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana” (Figura 3) foi criado para promover o turismo na região. Além da exploração midiática resultante

a cidade e a cidadania que queremos e merecemos” (Alberto Gomes Silva, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, empresa da Prefeitura do Rio gestora do Porto Maravilha, 2016. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/23> - acessado em 09/06/2018)

dessas atividades, o Cais do Valongo e da Imperatriz foi considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017.

Sobre essa guinada estratégica na apropriação do monumento, aponta-se que o reconhecimento institucional pela patrimonialização do bem e do aparente consenso entre reivindicações identitárias – não apenas do movimento negro, mas de “todos os brasileiros” –, concede ao patrimônio um papel de “marca”, passível de mercantilização (JEUDY, 2005).

Permeando essa dinâmica, entre local e global, pela associação lugar à história da humanidade, identificar quais agentes contribuíram para a patrimonialização do Cais revela como a chancela da Unesco pode influenciar no “consumo” do bem. Portanto, analisar o circuito espacial produtivo do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo visa espacializar esses agentes envolvidos nessa reconstrução simbólica, promovida pelos esforços de tombamento.

Circuito espacial produtivo do Sítio Arqueológico Cais do Valongo

Em continuidade ao exercício analítico, identificou-se os agentes envolvidos no processo de patrimonialização do Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Para tanto, elegeu-se o Dossiê de candidatura do bem à lista de Patrimônio da Humanidade, sob responsabilidade da Unesco, como principal referência.

Esse quadro também dispõe hierarquias segundo ordens econômica, técnica construtiva e técnica de conteúdo. Seguem os mesmos procedimentos para possibilitar uma análise comparativa entre os bens.

O levantamento geral (Quadro 7) identifica 173 itens, que foram divididos entre as ordens econômica, técnica construtiva e técnica de conteúdo. Quanto à ordem econômica, 50 agentes (ou 29%), dos quais 49 brasileiros e apenas 1 estrangeiro. Na ordem técnica construtiva, há 89 (ou 51%), sendo todos nacionais, e na técnica de conteúdo, 34 agentes (ou 20%), dos quais 16 são brasileiros e 18 estrangeiros. No total, 154 agentes identificados são brasileiros (ou 89%), enquanto 19 são estrangeiros (11%).

Quadro 7: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Levantamento Geral

Levantamento Geral			
Ordem Origem	Número identificado		
	Brasileiros	Estrangeiros	Total
Econômica	49	1	50
Técnica Construtiva	89	0	89
Técnica de Conteúdo	16	18	34
Total	154	19	173

Fonte: Dossiê Unesco (IPHAN e PMRJ, 2016) - Elaboração própria

Visando detalhar a análise para verificar os tipos de agentes por origem (Quadro 8), especifica-se quais agentes são empresas, quais são instituições e quais são pessoas físicas⁸. Novamente, foram desconsideradas as ordens a que cada agente estava vinculado, pois há agentes que participam de mais de uma delas. Sendo assim, verificam-se 6 empresas (ou 8%), sendo 5 brasileiras e 1 estrangeira, 56 instituições (ou 69%), sendo 38 nacionais e 18 estrangeiras, e 19 pessoas físicas (ou 23%), todas brasileiras.

Quadro 8: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Tipos de Agentes por Origem

Tipo de Agentes por Origem			
Tipo Origem	Número identificado		
	Brasileiros	Estrangeiros	Total
Empresas	5	1	6
Instituições	38	18	56
Pessoas	19	0	19
Total	62	19	81

Fonte: Dossiê Unesco (IPHAN e PMRJ, 2016) - Elaboração própria

Quanto à origem dos agentes pelas ordens estabelecidas (Quadro 9), verificou-se 18 agentes na ordem econômica (ou 18%): 17 brasileiros e 1 estrangeiro; na ordem técnica construtiva, 49 agentes (ou 50%), todos brasileiros; e, na ordem técnica de conteúdo, 32 agentes (ou 32%), sendo 15 brasileiros e 17 estrangeiros.

Ressalta-se, uma vez mais, que os agentes foram considerados apenas uma vez para evitar repetições, não se desconsiderando a repetição de agentes entre as ordens. Dessa maneira, o valor total não seria necessariamente igual ao identificado no quadro anterior.

Quadro 9: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes por Ordem

Origem de Agentes por Ordem			
Ordem Origem	Número identificado		
	Brasileiros	Estrangeiros	Total
Econômica	17	1	18
Técnica Construtiva	49	0	49
Técnica de Conteúdo	15	17	32
Total	81	18	99

Fonte: Dossiê Unesco (IPHAN e PMRJ, 2016) - Elaboração própria

⁸ No caso da ordem técnica de conteúdo foram considerados outros sítios inscritos na lista de Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Esses sítios são lugares tombados por seu valor simbólico, apresentados como referência para justificar o tombamento. Nesses casos, os sítios foram considerados como instituições, visto que há instituições públicas de governo relacionadas a sua gestão.

De maneira correlata ao procedimento realizado na análise do circuito espacial produtivo do Museu do Amanhã, verificou-se a concentração dos agentes brasileiros no país. Observa-se a concentração dos agentes identificados na cidade do Rio de Janeiro e em Brasília, visto que o IPHAN foi grande colaborador do processo de patrimonialização do Sítio Arqueológico, e se trata de uma instituição federal.

Quanto a localização da ordem econômica (Quadro 10), é exatamente isso que se verifica: dos 17 agentes identificados, 14 estão no Rio de Janeiro (ou 82%) e 3 estão em Brasília (ou 18%).

Quadro 10: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes - Ordem Econômica | Brasil

Origem de Agentes Brasil	
Ordem Econômica	
Estado Cidade	Número identificado
Distrito Federal	3
Brasília	3
Rio de Janeiro	14
Rio de Janeiro	14
<i>Total Geral</i>	<i>17</i>

Fonte: Dossiê Unesco (IPHAN e PMRJ, 2016) - Elaboração própria

Referente aos agentes identificados na ordem técnica construtiva (Quadro 11), 45 (ou 92%) estão no estado do Rio de Janeiro, nos municípios Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro e Seropédica; 2 no estado de São Paulo (ou 4%), 1 na Bahia e 1 no Distrito Federal (2% respectivamente).

Quadro 11: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes - Ordem Técnica Construtiva | Brasil

Origem de Agentes Brasil	
Ordem Técnica Construtiva	
Estado Cidade	Número identificado
Bahia	1
Salvador	1
Distrito Federal	1
Brasília	1
Rio de Janeiro	45
Niterói	1
Nova Iguaçu	1
Petrópolis	1
Rio de Janeiro	41
Seropédica	1
São Paulo	2
Santos	1
São Paulo	1
<i>Total Geral</i>	<i>49</i>

Fonte: Dossiê Unesco (IPHAN e PMRJ, 2016) - Elaboração própria

Finalmente, a origem dos agentes envolvidos na ordem técnica de conteúdo no circuito espacial produtivo do Cais do Valongo (Quadro 12).

Também se constata concentração no estado do Rio de Janeiro, com 12 agentes (ou 80%) presentes nas cidades do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Seropédica. Há, também 1 agente na Bahia, 1 agente em Goiás e 1 agente no Maranhão (aproximadamente 7%, respectivamente).

Quadro 12: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes - Ordem Técnica de Conteúdo | Brasil

Origem de Agentes Brasil	
Ordem Técnica de Conteúdo	
Estado Cidade	Número identificado
Bahia	1
Salvador	1
Goiás	1
Santana	1
Maranhão	1
São Luís	1
Rio de Janeiro	12
Nova Iguaçu	1
Rio de Janeiro	9
Seropédica	2
<i>Total Geral</i>	<i>15</i>

Fonte: Dossiê Unesco (IPHAN e PMRJ, 2016) - Elaboração própria

Para sistematizar a análise dos circuitos espaciais produtivos verificados para o caso do Museu do Amanhã e do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, os mapas indicam a localização dos agentes identificados na escala global e na escala nacional. Esses mapas serão discutidos em conjunto, como síntese da análise.

Mapas da produção do patrimônio no Porto Maravilha

O mapeamento dos atores produzido a partir dos circuitos espaciais produtivos elaborados indicam semelhanças entre o Museu do Amanhã e o Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Na escala global, verifica-se predominância de agentes nacionais.

O Museu do Amanhã, por sua política de internacionalização e pela sua gestão vinculada a parcerias público-privadas, possui colaboradores estrangeiros na ordem econômica situados nos Estados Unidos, Alemanha, Espanha, França, Holanda e Suíça (Figura 4). Quanto a ordem técnica construtiva, o padrão espacial identificado permanece, concentrando maior número de colaboradores no Brasil, e apresentando agentes nos Estados Unidos, na Alemanha, na Espanha, na França, em Portugal, na Inglaterra, na Suíça e na Índia (Figura 5).

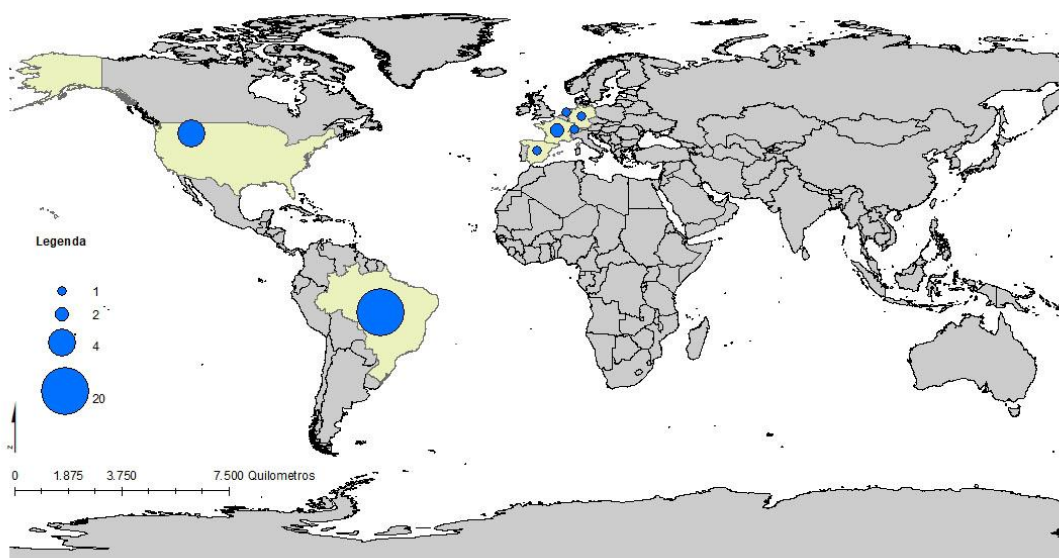


Figura 4: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Econômica (global)
Fonte: Elaboração própria

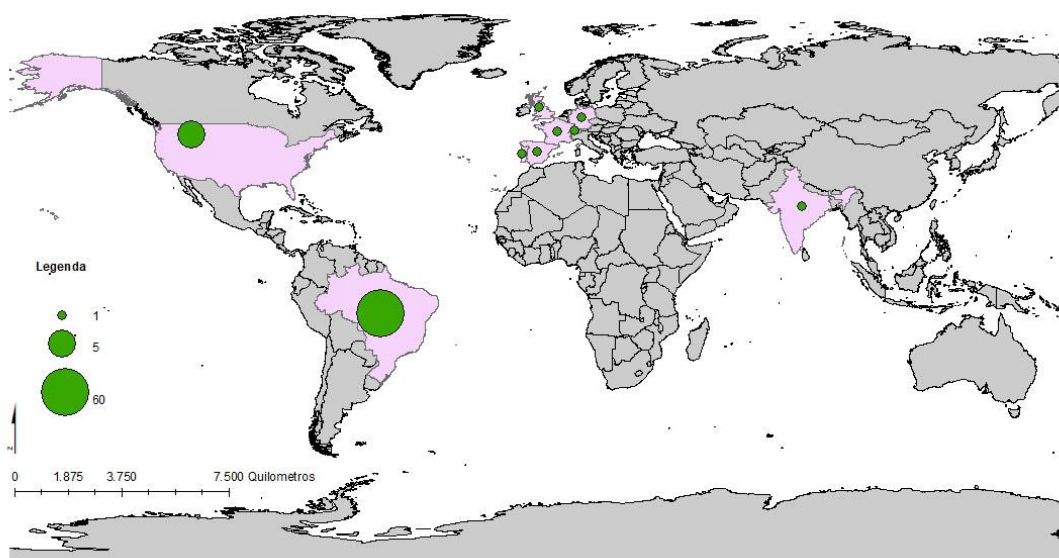


Figura 5: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica Construtiva (global)
Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, a ordem técnica de conteúdo é a que contém maior número de agentes envolvidos.

Mantém-se o padrão de concentração dos agentes no Brasil, mas há maior diversidade de origem dos colaboradores, presentes nos seguintes países: Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Rússia, Suécia, Suíça e Quênia. Observa-se que, diferentemente das ordens econômica e técnica construtiva, há uma especialização distribuída globalmente na Europa e América do Norte (Figura 6).

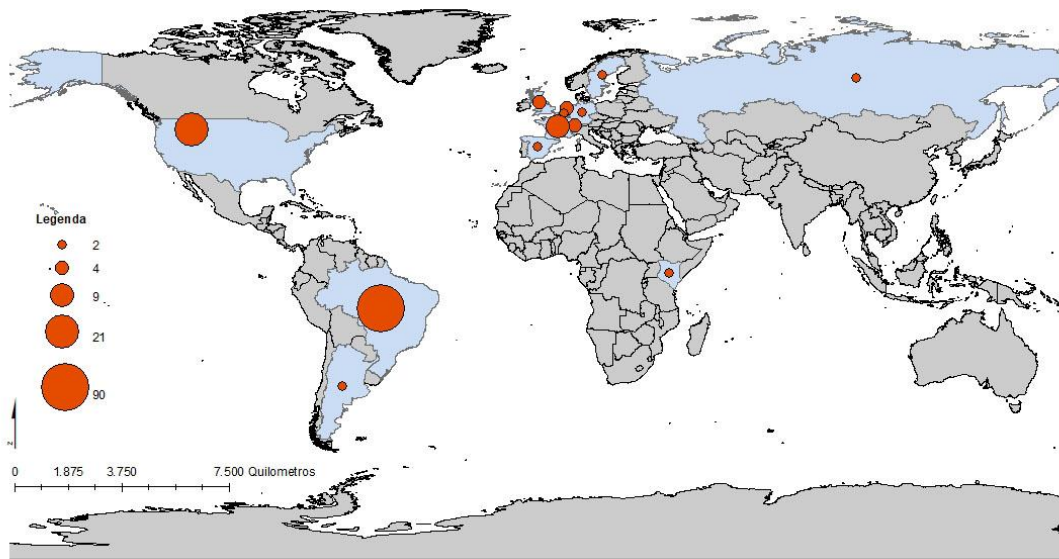


Figura 6: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica de Conteúdo (global)

Fonte: Elaboração própria

No caso do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, tanto na ordem econômica (Figura 7) quanto na ordem técnica construtiva (Figura 8), os agentes são quase todos de origem brasileira, salvo por um colaborador da ordem econômica, localizado na Espanha.

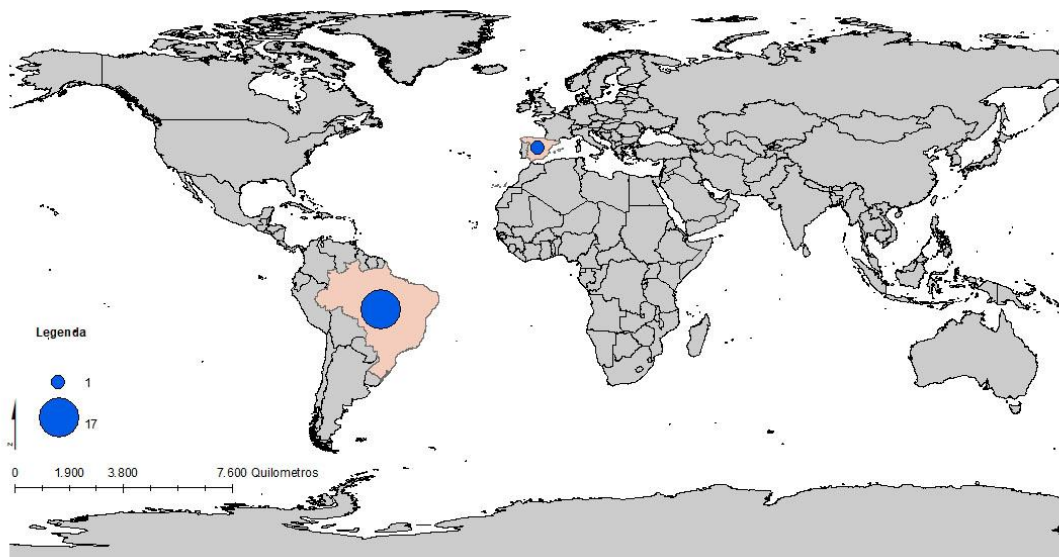


Figura 7: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Econômica (Global)

Fonte: Elaboração própria

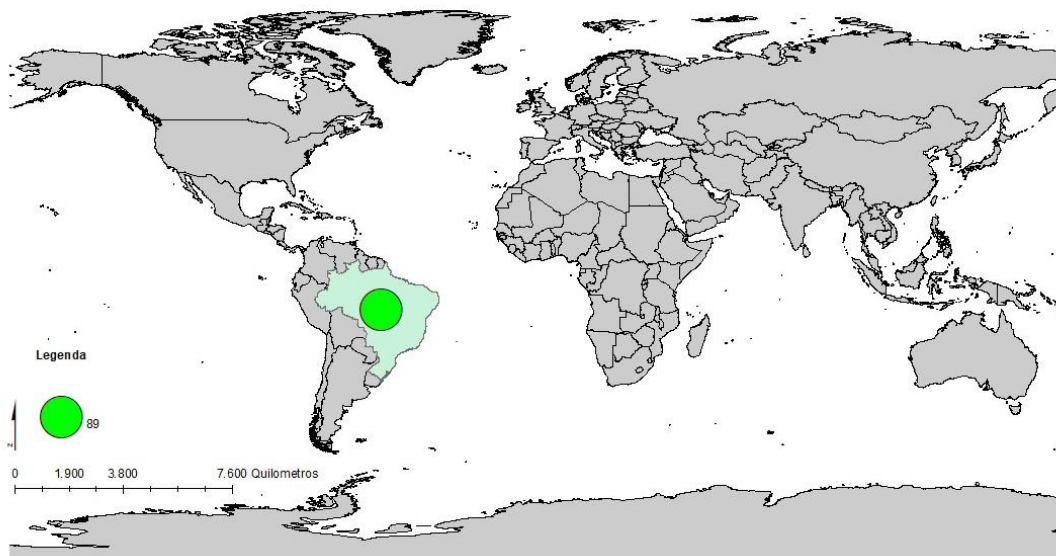


Figura 8: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica Construtiva (Global)

Fonte: Elaboração própria

Em relação à ordem técnica de conteúdo (Figura 9), o circuito indica um comportamento semelhante ao do Museu do Amanhã. Há, aproximadamente, metade dos agentes situados no Brasil e metade em outros países. Não se apresentando concentração nos países da Europa e da América do Norte.

Essa espacialização decorre do fato do Sítio Arqueológico Cais do Valongo propor-se enquanto patrimônio da humanidade relacionado à diáspora africana, equiparando-se a outros bens patrimoniais vinculados à temática pelo mundo.

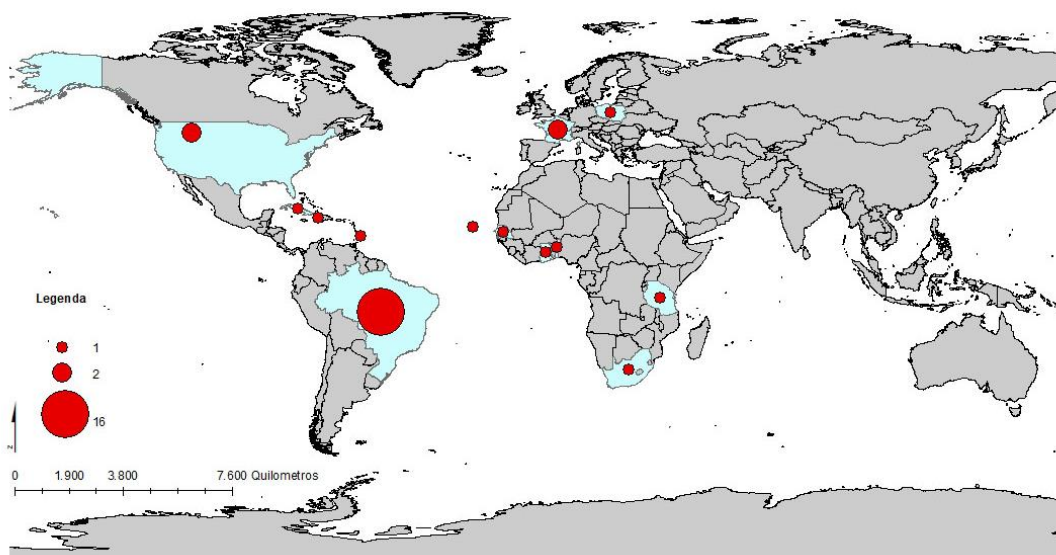


Figura 9: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica de Conteúdo (Global)

Fonte: Elaboração própria

Reduzindo a escala de análise ao nível nacional, outro padrão pode ser visualizado. Nas três ordens examinadas, e em ambos os equipamentos culturais, há grande concentração dos agentes no chamado eixo Rio-São Paulo.

A ordem econômica do Museu do Amanhã indica a localização de agentes envolvidos no financiamento da instituição nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, sede do governo federal (Figura 10).

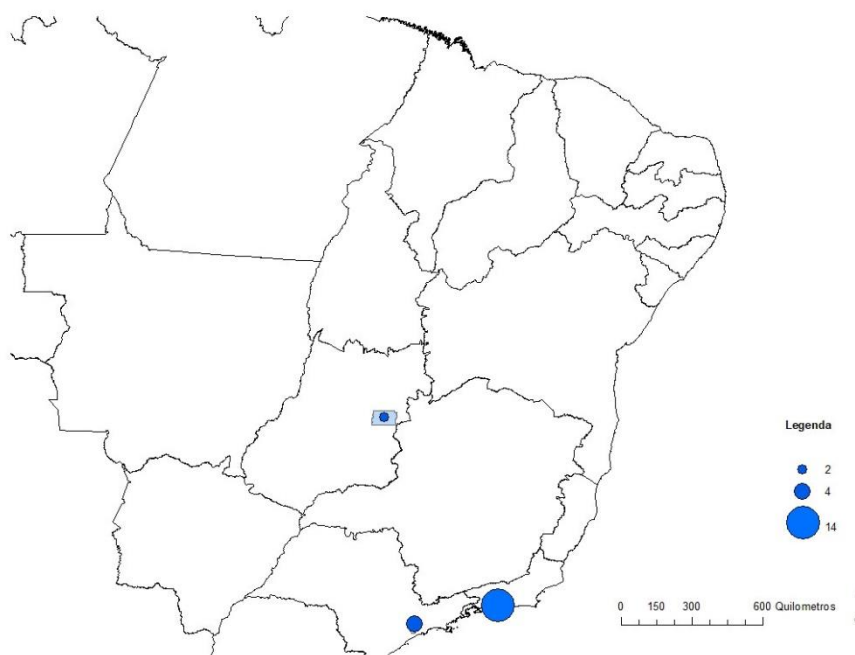


Figura 10: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Econômica (Brasil)

Fonte: Elaboração própria

A ordem técnica construtiva (Figura 11) indica maior incidência de cidades fora do eixo Rio-São Paulo, apesar da maioria ainda estar situada nessas duas cidades. Entretanto, verifica-se que se tratam de capitais estaduais (Salvador e Belo Horizonte), ou cidades integrantes das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de Brasília, no Distrito Federal.

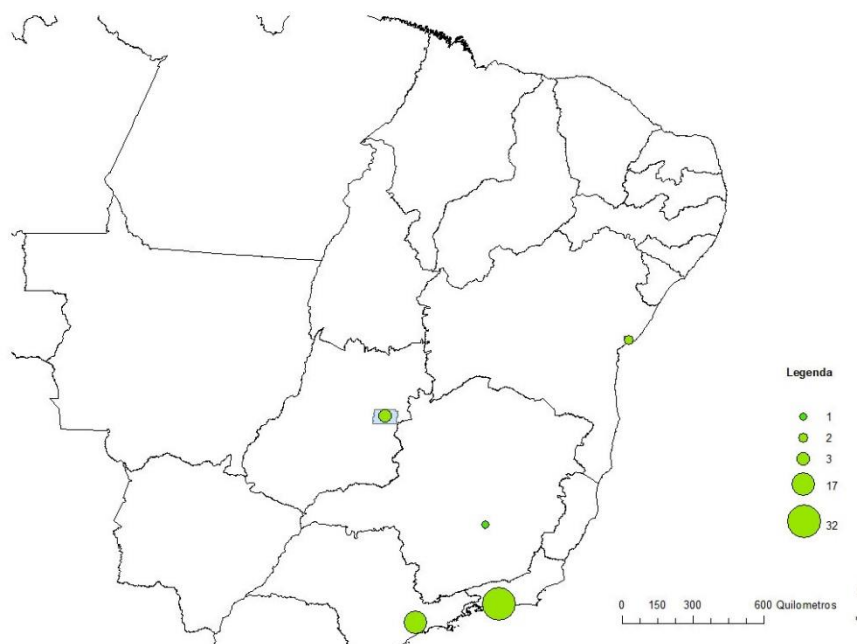


Figura 11: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica Construtiva (Brasil)

Fonte: Elaboração própria

Uma vez mais, a ordem técnica de conteúdo (Figura 12) indica a concentração de colaboradores do Museu do Amanhã. O padrão permanece, com a diferença de incluir a participação de outra capital estadual, Natal. A reincidência ocorre em Brasília, no Distrito Federal, e nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Há, neste caso, presença de agentes na região de Campinas, mas que acaba por ser outra região metropolitana paulista, que mantém fluxos de polarização intensas com a capital, São Paulo.

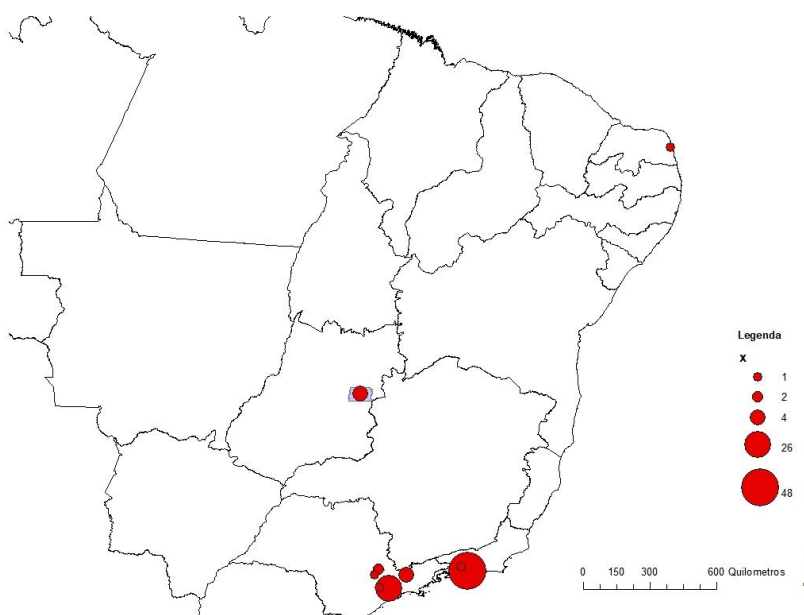


Figura 12: Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica de Conteúdo (Brasil)

Fonte: Elaboração própria

No circuito espacial produtivo do Cais do Valongo, presença é mais restrita ao Rio de Janeiro. Na ordem econômica (Figura 13), há grande participação de agentes de Brasília, pela colaboração de instituições federais. Esse padrão se repete no caso da ordem técnica construtiva (Figura 14), com participação de poucas cidades situadas além da região metropolitana do Rio de Janeiro (Brasília, Salvador, São Paulo e Santos).

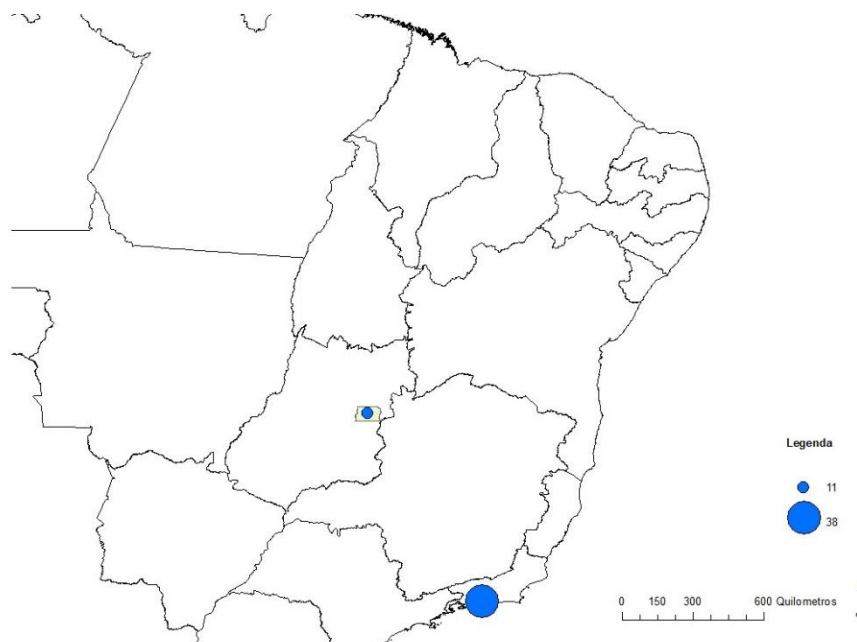


Figura 13: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Econômica (Brasil)
Fonte: Elaboração própria

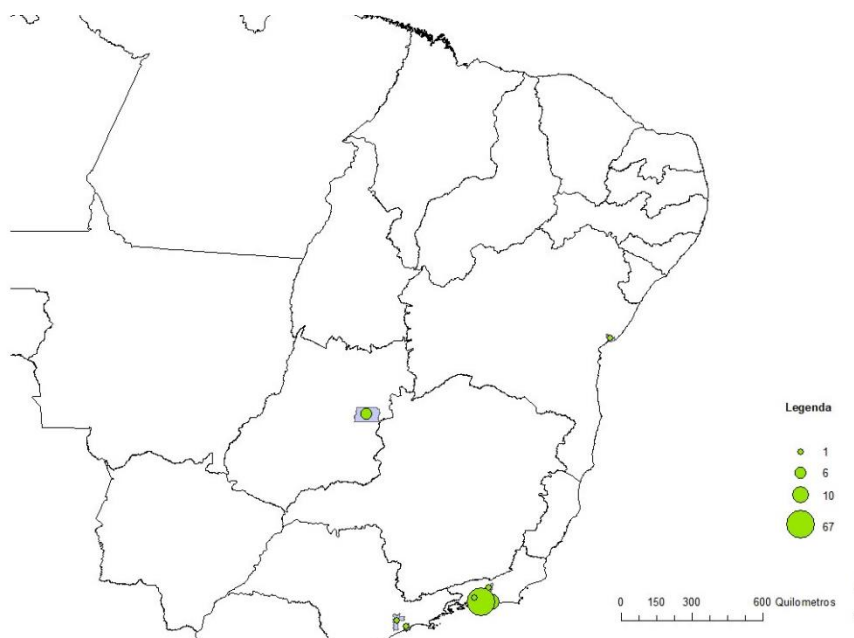


Figura 14: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica Construtiva (Brasil)
Fonte: Elaboração própria

Finalmente, quanto aos agentes que participam da ordem técnica de conteúdo no caso do Cais do Valongo (Figura 15), além dos situados na região metropolitana do Rio de Janeiro,

pode-se verificar a participação de agentes localizados em Goiânia, Salvador e São Luiz do Maranhão, mantendo-se, contudo, o padrão de que os agentes se localizam apenas em capitais dos estados.

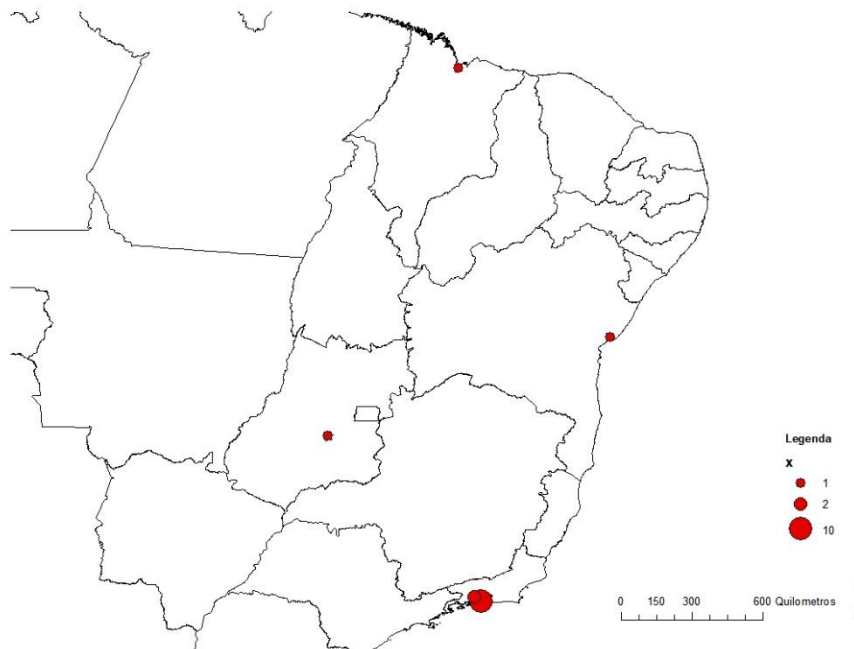


Figura 15: Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica de Conteúdo (Brasil)

Fonte: Elaboração própria

O resultado da análise indica que, no caso do Museu do Amanhã, há maior grau de internacionalização na produção do edifício e de seu conteúdo.

Esse caráter está relacionado à estratégias de gestão da instituição para atração de investimentos privados e colaboração científica com renomados centros de pesquisa estrangeiros. Também pode-se dizer que esse traço se deve às escolhas de projeto, com alto teor de sofisticação técnica, que demandou a importação de materiais e a colaboração com técnicos internacionais, especialmente pela experiência do arquiteto responsável pela obra.

Quanto aos agentes brasileiros, verifica-se concentração no eixo Rio–São Paulo. A intensidade de participação de agentes locais é justificável pela facilidade na realização das atividades profissionais. A presença marcante dos agentes localizados na região de São Paulo deve ser consequência do grau de especialização desses profissionais, que provavelmente encontram mais facilidades para oferta dessa classe de serviços na maior metrópole brasileira.

No caso do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, as evidências indicam outra característica.

Trata-se de uma produção altamente concentrada no Rio de Janeiro, que se relaciona com outros casos internacionais a partir da escolha em internacionalizar esse bem patrimonial. Apesar da participação de agentes situados em outros municípios, especialmente Brasília (pela participação do IPHAN), indica o descolamento da esfera nacional da nova

narrativa construída para o bem. Os esforços na patrimonialização do Cais do Valongo não se deram tanto pela sua importância para a formação social brasileira, estruturada no âmbito da escravidão, mas pela sua inserção na história global pela narrativa da diáspora africana.

Por fim, pode-se relacionar os dois equipamentos analisados pela sua conexão entre a dimensão local – onde exercem influências de valorização simbólica e econômica em seu entorno – e a dimensão global, que possibilita a atração de investimentos pelo turismo e outras estratégias de atração de capitais, como, por exemplo, pelo financiamento de pesquisas científicas (tanto no caso de parcerias promovidas pelo Museu do Amanhã quanto no Cais do Valongo, com os projetos relacionados à ONU e a UNESCO).

Apesar das interações que estabelecem o contexto local em que se inserem, tanto o Museu do Amanhã, quanto o Sítio Arqueológico Cais do Valongo relaciona-se mais intensamente com a lógica das cidades globais e dos modelos internacionais de projetos urbanos do que com as dinâmicas sociais da zona portuária.

Por uma outra patrimonialização

No âmbito da globalização, observa-se que a (re)produção do espaço na contemporaneidade reproduz padrões de projetos urbanos tidos como casos de sucesso na constituição dos circuitos das cidades globais. Estratégias como culturalização e patrimonialização são particularidades da urbanização que tem sido propagadas por impulsos globais, que disseminam novas práticas de gestão urbana.

Por meio da instrumentalização de traços identitários que constituem legitimamente as singularidades dos lugares, constitui-se uma verdadeira máquina da indústria cultural. A principal mercadoria dessa outra industrialização têm sido os bens patrimoniais, enquanto suportes concretos das tradições e da cultura.

Em decorrência, verifica-se a utilização de equipamentos culturais – notadamente, museus –, como edifícios âncora de projetos de reestruturação implantados em áreas monofuncionais da cidade, comumente localizados próximos ao centro, associados à sua formação histórica. Ao recorrer à arquitetos ilustres no contexto mundial, tais equipamentos culturais também são apropriados por estratégias de marketing promotoras desses espaços “regenerados”, “revitalizados”, aptos e saneados dos males locais, prontos para expor contextos e modos de vida locais nas vitrines dos investimentos do volátil capital financeiro, dos turistas e dos novos serviços globalizantes.

No caso da zona portuária do Rio de Janeiro, a última modernização proposta foi viabilizada pela aprovação da OUC Porto Maravilha, em implantação desde 2009. Legitimada pelos sucessivos projetos de recuperação econômica da região e pela realização de megaeventos esportivos, viabilizou-se diversas intervenções urbanas que visavam a sua valorização simbólica e econômica. Entretanto, como é recorrente nos projetos desse tipo de natureza, promoveu, também, a “reinvenção” dos lugares inseridos na área da operação urbana, construindo uma imagem sem conflitos, homogênea, midiática, de uma região historicamente marginalizada, marcada pela alcunha de “Pequena África”.

A análise dos circuitos espaciais produtivos de dois equipamentos culturais presentes na região – o Museu do Amanhã e o Sítio Arqueológico Cais do Valongo –, indicam alto grau de internacionalização na sua produção enquanto bens patrimoniais: o Museu, enquanto legado dos megaeventos e ícone da adoção dos modelos das cidades globais, e o Cais do Valongo, enquanto Patrimônio da Humanidade, reconhecido internacionalmente por instituições culturais pelo seu valor simbólico na chamada diáspora africana.

Também é possível identificar alta concentração de agentes localizados no eixo Rio - São Paulo, refletindo um descolamento da produção desses bens patrimoniais do âmbito nacional.

Retomando o pensamento de Milton Santos (2015), assim como na globalização, pode-se reconhecer dimensões sincrônicas de fábula, perversidade e possibilidade do patrimônio na contemporaneidade. Veiculado enquanto elemento estruturante de identidades e memórias coletivas, o “dever de memória” atribui valores simbólicos a todas as dimensões da cultura, promovendo a patrimonialização e consequente salvaguarda institucional de diversos lugares.

A perversidade dessa patrimonialização é que juntamente com a valorização simbólica, há valorização econômica: bens patrimoniais tornam-se mercadorias e instrumentos de produção de mais-valia. Ademais, ao criar narrativas “oficiais”, silencia e oculta outras memórias que deveriam estar legitimamente presentificadas naquele espaço.

Não obstante, a patrimonialização pode contribuir com o elemento de coesão social. O Território Usado, como proposto por Milton Santos, pode ser entendido enquanto “um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (1999, p. 19). O período histórico presente é marcado pela aceleração contemporânea, pela transitoriedade, pela circulação material e imaterial. Institucionalizar memórias coletivas pode reforçar laços de pessoas com vínculos aos lugares que vivem, mas para migrantes, pode ser um artifício desestruturador da sua cultura de origem.

No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências.

Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. (SANTOS, 2014, p. 328)

Ao repensar o processo de patrimonialização enquanto cristalização de objetos (materiais ou imateriais), pode-se valorizar a complexidade do espaço e fortalecer vínculos sociais e a solidariedade pelo respeito à diversidade cultural que caracteriza as cidades. Não se trata apenas de reconhecer institucionalmente, mas de visibilizar essas expressões culturais.

Portanto, a categoria Território Usado deve ser utilizada não apenas em processos de patrimonialização ou projetos de reestruturação urbana, mas como “norte” – natureza projetiva e crítica do planejamento urbano e regional, orientada por ideários e expectativas políticas (RIBEIRO, 2007) – para proposição de políticas públicas de cunho territorial, pautadas no dinamismo característico do espaço e de sua natureza. A social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. *Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo*. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, n. 22, v. 3. p. 461-474, dezembro de 2010.

CENDES. *Metodologia para el Diagnóstico Regional: MORVEN*. Caracas, dez. 1978.

DANTAS, Aldo. *Circuito espacial de produção e lugar*. In: Sociedade e Território. Natal, v. 28, n.1 p.193-199, jan/jun de 2016.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO - FRM. *Museu do Amanhã*. Material de Divulgação online, 2016. Disponível em: http://s3-sa-east-1.amazonaws.com/s3bucket-sitefrm/assets.frm.org.br/20150111222032/Mda_BookConteudo.pdf

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO - FRM. *Museu do Amanhã: muito mais do que dois*. Material de Divulgação online, 2017. Disponível em: https://museudoamanha.org.br/sites/default/files/MuseuAmanha_Livro_MuitoMaisQueDois.pdf

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO – FRM. *Museu do Amanhã: para a sustentabilidade da vida no planeta*. Material de divulgação – 1º Encontro criativo do Museu do Amanhã. Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, ECKERT, Cornelia & BELTRÃO, Jane (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau : ABA : Nova Letra, 200

HANDLER, Richard. *On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objetification in Quebec*. Current Anthropology, Chicago, Ill., v. 25, n. 1, p. 55-71, Feb. 1984.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – IPHAN e PMRJ. *Sítio Arqueológico Cais do Valongo: proposta de inscrição do na lista do patrimônio mundial*. Rio de Janeiro, 2016.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Tradução: Rejane Janowitzter. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2005.

LEITE, Rogério Proença; PEIXOTO, Paulo. *Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto*. In: Cadernos MetrÓpole 21, p. 93-104, 2009.

MOTTA, Débora. *Um novo olhar sobre a história do Cais do Valongo*. In: Rio Pesquisa, nº 39, Ano IX, p. 24-26, 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A força do passado: nem tudo que é sólido se desmancha no ar. In: *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Organizado por Sarah Feldman e Ana Fernandes. Salvador : EDUFBA, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia da. *Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo*. In: El rosto urbano de América Latina, CLACSO, Buenos Aires, 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política*. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº16, p. 31-49, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª Edição, 8ª Reimpressão. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: *A construção do espaço*. Organizadores: Maria Adélia A. de Souza e Milton Santos. São Paulo : Nobel, p. 121-134, 1986.

SANTOS, Milton. *O território e o saber local: algumas categorias de análise*. In: Cadernos IPPUR, Ano XIII, nº 2, p. 15-26, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 25ª edição, Rio de Janeiro : Record, 2015.

SASSEN, Saskia. *As diferentes especializações das cidades globais*. Arquitectos, São Paulo, ano 09, n. 103.00, Vitruvius, dez. 2008

VASSALLO, Simone; CICALO, André. *Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro*. Horizonte antropológico, vol.21, n.43, p.239-271, 2015.

VAZ, Lilian Fessler. *A "culturalização" do planejamento e da cidade: novos modelos?* In: Territórios urbanos e políticas culturais - Cadernos PPG-AU/UFBA - Vol. 3, edição especial, 2004.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo : Studio Nobel : FAPESP : Lincoln Institute, 2001.